

Published in *Revista Portuguesa de Psicossomática* nº 4 on line 60-65 ISSN 2183-9344.

Quote from the journal.

O Problema Mente-Cérebro e a Psiquiatria

The Mind-Brain problem and Psychiatry

resumo

O problema mente-cérebro adquire grande importância para uma psiquiatria que se quer científica, integrando a teoria e a prática. O referido problema consiste em explicar as correlações, investigadas pelas Neurociências, entre os estados mentais e os estados neuronais. A psiquiatria toma normalmente como pressuposto uma ontologia fisicalista/materialista. De acordo com esta ontologia tudo é físico ou sobrevém no físico. Como inserir a mente nesta ontologia? O problema tem duas vertentes: a causalidade mental e o chamado problema da consciência. O primeiro consiste em saber se a mente tem influência causal no cérebro. O segundo consiste em explicar como e porquê pode o cérebro originar a experiência consciente. Este último problema subdivide-se nos chamados problemas “fáceis”, referentes às propriedades funcional-cognitivas da consciência e no problema “difícil” (hard problem) referente à experiência subjetiva ou consciência fenoménica. Enquanto que nos problemas “fáceis” é possível integrar a mente numa explicação reducionista da Natureza, já o problema “difícil” coloca em causa o fisicalismo: a subjetividade, ou o ponto de vista da primeira pessoa, parece ser inexplicável a partir das descrições neuronais. São brevemente analisadas algumas tentativas de solução: “o ilusionismo”, o naturalismo dualista, o pampsiquismo e o cosmopsiquismo. Conclui-se que a explicação reducionista e o naturalismo dualista são os modelos de maior utilidade para a Psiquiatria.

Abstract

The mind-brain problem acquires great importance for a psychiatry that wants to be scientific, integrating theory and practice. This problem consists of explaining the correlations, investigated by neurosciences, between mental states and neuronal states. Psychiatry usually takes as a presupposition a physicalist / materialist ontology. According to this ontology everything is physical or supervenes on the physical. How to insert the mind in this ontology? The problem has two aspects: mental causality and the so-called problem of consciousness. The first is whether the mind has a causal influence on the brain. The second is to explain how and why the brain can originate conscious experience. This latter problem is subdivided into so-

called "easy" problems, referring to the functional-cognitive properties of consciousness and the "hard" problem concerning subjective experience or phenomenal consciousness. While the "easy" problems it is possible to integrate the mind into a reductionist explanation of Nature, the "hard" problem calls into question physicalism: subjectivity, or first person's point of view, seems to be inexplicable from neural descriptions. Some tentative solutions are briefly analyzed: "illusionism", panpsychism and cosmopsychism. It is concluded that reductive explanation and naturalistic dualism are the most useful models for psychiatry.

Introdução

A relação mente-cérebro está no centro da ciência que estuda as perturbações mentais, a psiquiatria. O médico tem como função aliviar ou curar o sofrimento dos seus pacientes. Neste sentido, nenhum problema é apenas físico ou apenas mental. Por exemplo, uma doença de pele pode ter uma causa física, mas na medida em que interfere com a estética pessoal tem uma dimensão psicológica. No entanto, em termos teóricos a divisão entre o físico e o psicológico tem grande interesse, para a psiquiatria se ela quiser ser uma ciência completa e não apenas um conjunto de práticas de intervenção. O problema em filosofia remonta ao antigo pensamento da Índia e da China, mas neste artigo refiro-me aos seus desenvolvimentos mais recentes. Por mente podemos pensar aqui, inicialmente, como sendo constituída pelos predicados psicológicos que habitualmente usamos na psicologia do senso comum (ex.: "ter medo", "sentir dor", "refletir sobre um assunto" etc.). Mais à frente entrarei em especificações necessárias à compreensão do presente problema. O problema apresenta-se em como explicar as correlações neuronais existentes entre o cérebro (sistema nervoso) e a mente. Estas correlações são estabelecidas pelos métodos de investigação do EEG e da imagiologia, entre outros. Se bem que para efeitos práticos as correlações possam ser suficientes (por exemplo, para determinar o efeito de um psicofármaco) elas são insatisfatórias em termos explicativos. Em ciência procura-se uma conexão mais profunda que a simples correlação entre fenómenos.

Explicação reducionista

O problema aqui está em como explicar as correlações dentro de uma ontologia fisicalista. Por fisicalismo entendo a tese que tudo o que existe é físico ou sobrevém¹ ao físico. Esta tese está intimamente relacionada com a ciência, no entanto, a ciência por si só é compatível com ontologias não fisicalistas (1). Tomemos o exemplo da metafísica cristã segundo a qual a realidade última é Deus que criou o mundo, cujas leis podem ser descobertas pela ciência. Dentro desta metafísica poderemos aceitar a existência de uma alma imaterial. No entanto, a

¹ Uma das definições de "sobreveniência" (*supervenience*) em Kim (2) p.9 "O mental sobrevém no físico na medida em que coisas (objetos, acontecimentos, organismos, pessoas e assim) que são exatamente semelhantes em todas as propriedades físicas não podem diferir no que diz respeito a propriedades mentais. Ou seja, indiscernibilidade física implica indiscernibilidade psicológica." (Esta tradução e as seguintes são da minha autoria.)

metafísica fisicalista (ou materialista²) é a que está mais conectada com a medicina. Poderemos sintetizar assim o chamado “monismo fisicalista”: existe uma realidade que se poderá chamar “natureza” que é independente da mente humana, que já existia muito antes da mente humana e continuará a existir se a mente humana um dia desaparecer. A mente humana poderá conhecer objetivamente, de modo progressivo, a Natureza, inclusive a si mesma como parte dessa mesma Natureza. O resultado desse conhecimento é que a realidade última são as micropartículas subatómicas elementares: quarks, leptões, bósons de calibre que têm certas propriedades: massa, carga, spin, momentum. Todas as outras realidades observáveis devem, se o fisicalismo estiver correto, ser redutíveis ao nível elementar³. Não só as ciências naturais, biologia e química, como igualmente a psicologia e outras ciências sociais deverão ser, em última análise, redutíveis à microfísica. Esta redução poderá ser realizada pelo menos em princípio, porque na prática poderá nunca ser efetuada. No problema que nos ocupa o que importa será a redução da mente ao cérebro, ou seja, explicar como os estados que designamos como mentais se reduzem, em última análise, a estados neuronais.

Vejamos, entretanto, primeiro como se processa a visão reducionista da Natureza em geral (4). Para reduzir uma propriedade o primeiro passo consiste em fazer uma análise funcional dessa propriedade, ou seja, em determinar qual é o papel causal dessa propriedade. Em seguida procura-se um realizador físico dessa propriedade. Por último, elabora-se uma teoria explicativa de como esse realizador efetua o papel causal atribuído à propriedade. Tomemos o clássico exemplo do gene, analisado de forma esquemática e simplificada. O monge Mendel inferiu que deveria haver algo nos seres vivos responsável pela transmissão dos caracteres hereditários, e denominou esse algo de “gene”⁴, ou seja, a unidade fundamental da hereditariedade. Os cientistas tentaram descobrir o realizador físico desse gene, encontraram a molécula do ADN e explicaram pela teoria da biologia molecular como essa molécula transmite caracteres. Então a propriedade “transmissão de caracteres hereditários” fica explicada redutivamente uma vez que é assegurada a nível do físico. Nenhum facto extrafísico é necessário para se perceber porque os filhos herdaram certas características dos pais. Por este processo teremos uma explicação reducionista da Natureza por diferentes níveis, em que a biologia se reduz à química e esta finalmente à microfísica.

Se aplicarmos este procedimento à mente que resultados poderemos obter? Para começar note-se que a explicação reducionista não é uma forma eliminativismo ou reducionismo⁵. Não se pretende afirmar que a mente não existe e deve ser eliminada do discurso científico, reduzindo-se as explicações científicas a uma linguagem neurológica. Existem diversos níveis e modos de funcionamento correspondentes. No âmbito da psiquiatria, há terapias que funcionam a nível verbal, outras a nível do comportamento e outras que recorrem ao uso de psicofármacos. Uma *explicação* reducionista como a que estou a apresentar não desqualifica nenhuma dessas terapias, apenas visa saber se elas são explicáveis dentro do âmbito de uma ontologia fisicalista. Segundo o procedimento descrito o primeiro passo da explicação reducionista é determinar o papel causal da propriedade a reduzir. Tomemos por exemplo a memória que pode ser definida, deste modo, como a capacidade de adquirir, reter e evocar

² Alguns autores marxistas (3) quando falam de “materialismo” referem-se a uma realidade independente da mente humana que designam como “matéria”, o que quer que seja essa matéria. Esta posição seria melhor designada como “realismo do mundo exterior”.

³ Segundo alguns talvez nunca se consiga determinar o nível elementar da física.

⁴ Na verdade Mendel falou em “fator hereditário”, vindo o termo “gene” depois. Para o exemplo apresentado, não é relevante.

⁵ “Reduccionismo” é diferente de “explicação reducionista”, ver (4).

informações. Esta função tem sido dividida em subfunções específicas e têm sido descobertas diversas regiões cerebrais que realizam essas subfunções específicas. Algumas dessas funções podem ser realizadas em dispositivos de Inteligência Artificial ou em animais. Será possível efetuar da mesma maneira uma explicação redutiva de toda mente humana, pelo menos em princípio?

A minha posição (e de outros autores) é a que dá uma resposta negativa esta questão. Uma parte da mente é suscetível de análise funcional e por conseguinte de explicação redutiva ao físico. A nível da mente consciente esta parte foi designada de diversos modos pelos filósofos: “consciência de acesso” (5), “consciência psicológica” ou *senciência* (*awareness*) (6), “Propriedades cognitivo-funcionais” (4). Chalmers (7) designou como “problemas fáceis” aqueles problemas aos quais é possível responder com uma análise funcional, ou seja, dar uma explicação reducionista, como é o caso destas capacidades:

“a habilidade para discriminar, categorizar e reagir a estímulos ambientais, a integração da informação através de um sistema cognitivo, a capacidade de relatar a ocorrência de estados mentais, a habilidade de um sistema para ter acesso aos seus próprios estados internos, o foco da atenção, o controle deliberado do comportamento, a diferença entre sono e vigília.” (7).

Chamou-lhes “fáceis” não no sentido que não envolvam grande complexidade cognitiva, mas no sentido que em princípio é possível dar uma solução reducionista neuronal ou computacional, de acordo com os princípios acima enunciados. Como foi dito anteriormente, tal não significa que essa explicação reducionista seja sempre concretizada na íntegra, mas em princípio é sempre possível concretizá-la. Por exemplo, sabemos que devem existir no cérebro determinadas áreas que são responsáveis pela capacidade de relatar o estado de paixão amorosa embora possamos não conseguir identificar completamente que áreas são essas.

Estes estados fáceis contrastam com o chamado “problema difícil” (*hard problem*) que consiste em saber como é possível que a subjetividade ou consciência fenoménica possa ter surgido da matéria. Os seres humanos e os animais, pelo menos alguns, têm um sentir interior que não se reduz à funcionalidade. Uma enumeração de algumas dessas experiências subjetivas poderá ser a seguinte: experiências visuais, auditivas, tácteis, olfativas e gustativas; experiências de quente e frio; dores.; fome, comichão, cócegas, orgasmo; experiências propriocetivas; imagens mentais; pensamento consciente; emoções; sentimento de si (7).

Causalidade mental

Quando colocamos a mão num objeto muito quente sentimos uma dor forte e retiramo-la rapidamente. Este exemplo servir-nos-á para ilustrar os dois problemas da relação mente-corpo (4), o problema da causalidade mental e o problema da irreduzibilidade da consciência fenoménica ou subjetividade. Começemos pelo problema da causalidade mental que pode ser assim enunciado: o mental tem influência causal no físico? No caso referido poderíamos afirmar que a causa de retirarmos a mão do objeto foi a dor que sentimos, portanto, a direção da causalidade vai do mental para o físico. Esta seria a posição do chamado “fiscalismo não-reducionista”: as propriedades mentais não são redutíveis ao físico, mas mesmo assim têm eficácia causal. Kim (4), no entanto, argumenta que esta posição é indefensável porque ela implicaria uma dupla causalidade. O ato de levantar a mão teria uma dupla causa: neuronal (física) e mental (dor). Neste caso não se pode aceitar a causalidade dupla como sendo uma sobredeterminação causal (como, por exemplo, em História). A verdadeira explicação está em aceitar que se a dor é redutível ao neuronal é a causa neuronal que provoca o levantar da mão:

o toque no objeto quente estimulou o neurónio sensitivo, que levou o impulso até a medula. Na medula, um neurónio associativo mandou uma resposta ao músculo através do neurónio motor. Esta é a descrição da eficácia causal que respeita a explicação reducionista e o fisicalismo. A explicação não reducionista não é compatível com o fisicalismo.

Se aplicarmos ao caso da psiquiatria quando um paciente toma um fármaco estamos perante uma causalidade do físico para o mental; a causalidade do mental para o mental corresponde à psicoterapia; a causalidade do mental para o físico às influências da psicoterapia sobre o cérebro. Podemos falar destes tipos de causalidade por uma questão de economia da linguagem mas na verdade a única causalidade que existe é do físico para o físico. As propriedades mentais sobrevêm ao físico mas não têm directamente poderes causais.

Resolver o difícil problema da consciência

O problema da causalidade mental não coloca então problemas quando a explicação reducionista funciona para as propriedades mentais. No entanto, essa explicação não parece funcionar para a subjectividade ou consciência fenoménica. Que argumentos temos a favor disso? Trata-se apenas de uma intuição vaga? Os filósofos desenvolveram diversos argumentos baseados em experiências de pensamento⁶ dos quais referiremos aqui apenas os dois mais conhecidos. O primeiro é o argumento da conceptibilidade também conhecido como o “argumento do zumbi”. Para entender este argumento podemos começar por imaginar um robô muito perfeito que seja indistinguível de um ser humano. No entanto, é-nos fácil conceber que esse robô não tem subjectividade nem as sensações⁷ que acima referimos. Se retira rapidamente a mão do fogo pensamos que não sente dor e que apenas possui um mecanismo que permite fazê-lo, medindo a temperatura, por exemplo. Do mesmo modo, se em vez de um robô tivermos um zumbi de carne e osso, idêntico a um ser humano, poderemos conceber que ele não tem subjectividade? Se respondermos afirmativamente isso significa que concebemos uma criatura que é física e funcionalmente igual a um humano mas não tem consciência logo a consciência não se pode explicar redutivamente. Claro que se pode afirmar que esse ser não existe, mas aqui é suficiente que se possa conceber que existe. Se concebo um ser igual a mim menos a consciência fenoménica é porque não percebo como é que a consciência deriva necessariamente do meu cérebro.

O outro argumento é conhecido como o “espectro invertido” que pode ser assim descrito “eu consigo conceber que o que aparece para mim quando vejo verde é o que aparece para ti quando vês vermelho.”. Teremos então a mesma resposta, suponhamos a expressão “é verde”, a um mesmo estímulo, mas sendo sensações subjectivas (*qualia*) diferentes. Se inspecionássemos os cérebros também não conseguiríamos detectar essa diferença de sensações. Mais uma vez a análise físico-funcional deixa de fora a reacção subjectiva ou estado de consciência fenoménica. Estes argumentos têm suscitado muitas respostas e contra-respostas, mas aqui irei assumir que eles são válidos e que de facto não é possível explicar redutivamente a consciência fenoménica.

Fazendo o ponto da situação até aqui temos que o projecto de explicar redutivamente a mente se concretiza quando se trata de propriedades mentais que são passíveis de uma análise funcional, mas falha quando se aborda a subjectividade e as propriedades fenoménicas da

⁶ Uma experiência de pensamento é uma experiência que não se podendo realizar na realidade apenas se imagina e a partir da qual se tenta extrair conclusões.

⁷ Em filosofia é usado o termo *qualia* (singular: *quale*) que pode ser definido como o sentir de qualidades fenoménicas, por exemplo, a “vermelhidão” do vermelho.

consciência. Claro que as correlações neuronais da experiência subjectiva continuam a verificar-se e para alguns estas correlações são suficientes, nada mais havendo para explicar. No entanto, diversos filósofos pensam que uma correlação bruta torna o fenómeno da consciência misterioso e difícil de assimilar no quadro do naturalismo científico. Surge assim a questão de como explicar que haja consciência fenoménica ou subjectividade no mundo. Diversas perspectivas surgiram, apresento aqui apenas aquelas cuja linha de pensamento que me parece ser mais promissora.

Perante esta crise do fisicalismo ou materialismo, uma das soluções poderá ser a de aceitar que o fisicalismo apenas permite explicar redutivamente grande parte dos estados mentais, mas não todos (4). Esta posição é frustrante porque o que deixa de fora, a subjectividade, é demasiado importante para ficar sem explicação. Outra posição é o chamado “ilusionismo” (8) o argumento que a subjectividade é definível em termos que não incluam referência a ela própria (9). É uma posição análoga à que explica porque Deus parece que existe, não existindo. No entanto, esta posição parece-me indefensável pois a subjectividade é o que sentimos de mais imediato e mais facilmente aceitamos a negação do mundo exterior que afirmar que não existe (que apenas parece que existe) “o que é ser eu”. A posição que penso ser mais correcta é a de colocar hipóteses metafísicas alternativas ao fisicalismo, discutindo qual será mais a mais plausível e compatível com a ciência contemporânea. Falarei aqui de três posições não-fisicalistas que não são incompatíveis com a ciência e que se forem verdadeiras permitirão explicar a consciência subjectiva, embora não redutivamente.

O dualismo naturalista (6) resolve o problema considerando que consciência fenoménica é um primitivo natural (como a massa, a gravidade ou a energia) que sobrevém no mundo físico, não sendo físico. A consciência é uma propriedade não física do cérebro e que sobrevém nele. Chalmers define sobreveniência do seguinte modo:

“As propriedades-B sobrevêm nas propriedades-A se não há duas situações possíveis indiscerníveis em relação aos seus factos-A diferindo ao mesmo tempo nos seus factos-B”. (6) p. 31.

No caso o B seria consciência fenoménica e o A o cérebro. Repare-se que o inverso da definição não é verdadeiro: poderemos ter situações indiscerníveis em relação aos factos-B mas divergindo nos factos-A. Por exemplo, uma dor igual pode ser diferente neurologicamente. Chalmers distingue ainda uma sobreveniência lógica, conceptual ou automática em que os factos-A implicam os factos-B (ex.: as propriedades biológicas sobrevêm logicamente nas propriedades físicas) e uma sobreveniência natural, empírica ou nómica que é uma sobreveniência mais fraca, que é empírica ou seja que se verifica, mas podia não se verificar. Chalmers fornece a imagem que “quando Deus fez o mundo teve de ter mais trabalho”. A consciência fenoménica está neste último caso: depois de Deus fazer o mundo físico necessitou de acrescentar a consciência fenoménica pois o seu aparecimento não se seguiu automaticamente. Como a consciência é um conceito primitivo faz parte da estrutura do universo e por isso não precisa de ser explicado como surgiu, simplesmente está aí como o próprio universo físico. Poderão ser determinadas, de acordo com Chalmers (6), leis psicofísicas que conectam a estrutura e a organização do sistema nervoso com as variações da consciência fenoménica. No entanto, essa conexão não é causal, não se pode, por exemplo, dizer que é por causa de sentir dor de dentes que vou ao dentista. A experiência subjectiva de dor ocorre em paralelo com os factos neuronais mas não é causada por eles. Isto levanta a questão do epifenomenalismo da consciência, que é contra-intuitivo. No entanto, Chalmers considera que embora seja contra-intuitivo o epifenomenalismo pode ser verdadeiro. Por outro lado, considera que o dualismo naturalista não é necessariamente epifenomenalista. Uma das razões

que apresenta é que a causalidade ainda é um tema em aberto e poderá não ser toda do tipo de causalidade física, fundada no contacto espacial. É o que veremos na descrição de uma outra alternativa ao fisicalismo, o pampsiquismo.

Para compreender o pampsiquismo (10) é necessário saber que as partículas elementares da matéria são descritas em termos puramente relacionais. Definem-se umas em relação às outras e não por suas propriedades intrínsecas. A hipótese que os pampsquistas sustentam é que elas possuem propriedades intrínsecas que são subjectivas ou fenoménicas. Se essa hipótese fôr verdadeira a consciência fenoménica estará distribuída por todo o Universo, não precisando de ser explicada redutivamente. Uma objecção que tem sido feita a esta posição é o chamado “problema da combinação”. De acordo com a hipótese, a consciência subjectiva já estaria a nível das micropartículas, poderemos então falar de um microexperencialismo (11) mas nesse caso com explicar a macroexperiência, por exemplo, nos seres humanos? Como explicar que miríades de microconsciências formem a macroconsciência que é a nossa? O problema segundo alguns é tão difícil como o próprio “problema difícil” que visa resolver. Por isso alguns abandonaram esta solução e avançaram para outra forma conhecida como “cosmopsiquismo”.

Kastrup apresentou em dois artigos (11) (12) uma solução para o problema difícil da consciência a que chamou “cosmopsiquismo idealista”. Esta solução é um tipo de idealismo objectivo tal como o foram platonismo ou o hegelianismo. No entanto, não tem nenhuma dimensão mística ou religiosa, dado que não pressupõe nenhuma componente finalista ou ética. A hipótese que coloca é a de que o universo seja consciente como um todo, sendo as consciências individuais partes desse todo. A analogia que faz é com o campo quântico e um subtítulo para o seu modelo é “o universo na consciência”:

“(…) existe apenas a consciência universal. Nós, assim como todos os outros organismos vivos, somos apenas aliados dissociados da consciência universal, cercados como ilhas pelo oceano dos seus pensamentos. O universo inanimado que vemos ao nosso redor é a aparência extrínseca desses pensamentos. Os organismos vivos com os quais compartilhamos o mundo são as aparências extrínsecas de outros desvios dissociados da consciência universal. Como tal, a busca pela consciência artificial se resume à busca pela abiogênese. O conceito atualmente vigente de um mundo físico independente da consciência é uma abstracção intelectual desnecessária e problemática.” (11) p.16.

A consciência vem assim logicamente em primeiro lugar, mas não a consciência individual. Kastrup faz uma comparação com a situação patológica conhecida como Perturbação Dissociativa de Identidade (13). Tal como nesta perturbação há uma consciência que se subdivide em diversas que têm relativa autonomia, o mesmo aconteceria como Universo como um todo. O problema difícil deixa de colocar-se porque o corpo dos outros são a expressão do seu pensamento interno. Ficaria também assim solucionado o chamado “problema das outras mentes”, (ou seja, como podemos saber se os outros têm mente?) e mesmo o problema da empatia, do conhecimento dos outros. Se há apenas uma consciência universal estamos sempre na mesma consciência embora os centros de consciência pareçam ser exteriores uns aos outros.

Conclusões

Estas hipóteses metafísicas, sobretudo o pampsiquismo e o cosmopsiquismo, parecem pouco plausíveis e mesmo extravagantes. No entanto, qualquer solução para o problema difícil da consciência enferma das mesmas dificuldades. O fisicalismo não consegue explicar como a subjectividade surge a partir do não-subjectivo. Uma corrente que não desenvolvi aqui, o emergentismo, também não é convincente porque o hiato entre a matéria e a consciência fenoménica é demasiado grande para que se possa tornar inteligível qualquer forma de

“emergência” (14). Se podemos dizer que uma propriedade é emergente se aparece num sistema sem aparecer nos componentes desse sistema, a verdade é que as propriedades emergentes têm de ter alguma relação minimamente inteligível com o sistema donde emergem.

Voltando à questão inicial, a Psiquiatria poderá ter no método do Reduccionismo Funcionalista um sólido apoio teórico. As funções mentais e as relações de causalidade mente-cérebro podem assim ser explicadas pelo método anteriormente descrito. Quanto ao problema difícil, o problema de saber como a subjectividade surge a partir do cérebro, embora o cosmopsiquismo me pareça uma hipótese bastante coerente apesar de ousada, o dualismo naturalista poderá ser mais facilmente assumido pela Psiquiatria. Chalmers (6) esmiuçou o seu modelo, apresentando três princípios: 1) princípio de coerência estrutural: há uma coerência entre a estrutura da consciência fenoménica e a estrutura da consciência funcional sendo esta explicável do ponto de vista neurocognitivo; 2) princípio da invariância organizacional: dois sistemas com a mesma organização funcional terão experiências qualitativas idênticas. O importante é a organização funcional e não o suporte físico que realiza essa organização. Um robô que tenha a mesma organização funcional de um ser humano terá as mesmas experiências qualitativas; 3) duplo aspecto da informação: a informação tem um aspecto físico e um fenoménico. Este modelo pode perfeitamente integrar as correlações observadas entre o cérebro e a consciência sem necessidade de introduzir nenhuma hipótese mais afastada dos dados observáveis, como no caso do pampsiquismo e do cosmopsiquismo.

References

- (1) McTaggart, J. (1906) *Some Dogmas of Religion*. London: Edward Arnold Press.
- (2) Kim, J. (2011) *Philosophy of Mind* (third edition). Boulder, CO : Westview Press.
- (3) Pato, A. (2016). *Materialismo e idealismo na física no final do século XIX e início do século XX a partir de Materialismo e Empiriocriticismo de Lênine. O caso exemplar da interpretação bohriana da Mecânica Quântica*. Paris: Nota de Rodapé Edições.
- (4) Kim, J. (2005) *Physicalism, Or Something Near Enough*. Princeton: Princeton University Press.
- (5) Block, N. (2002) Concepts of Consciousness. In D. J. Chalmers (ed.), *Philosophy of Mind: Classical and Contemporary Readings* (pp. 206-218). Oxford University Press.
- (6) Chalmers, D.J. (1996) *The Conscious Mind*. New York: Oxford University Press.
- (7) Chalmers, D.J. (1995). Facing up to the problem of consciousness. *Journal of Consciousness Studies*. 2 (3): 200–21.
- (8) Frankish, K. (2016) Illusionism as a theory of consciousness. *Journal of Consciousness Studies*, 23 (11–12), pp. 11–39.
- (9) Chalmers, D.J. (2018) The Meta-Problem of Consciousness. *Journal of Consciousness Studies*, 25, No. 9–10, 2018, pp. 6–61.
- (10) Chalmers, D.J. (2017) Panpsychism and Panprotopsychism. In G. Bruntrup and L. Jaskolla, (eds.) *Panpsychism* (pp. 19–47). Oxford University Press.
- (11) Kastrup, B. (2017) An ontological solution to the mind–body problem. *Philosophies* 2, 10; doi:10.3390/philosophies2020010

(12) Kastrup, B. (2018). The Universe in Consciousness. *Journal of Consciousness Studies*, Vol. 25, No. 5-6, pp. 125-155.

(13) American Psychiatric Association (2014) *DSM-5 : guia de referência rápida dos critérios de diagnóstico*; ed. João Cabral Fernandes - 5ª ed. - Lisboa : Climepsi.

(14) Strawson, G. 2006. Realistic monism: Why physicalism entails panpsychism. *Journal of Consciousness Studies*, 3 (10-11):3-31.